A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO¹

Júlia Oliveira Figueiredo²

Flávio Augusto Maretti Sgrilli Siqueira³

RESUMO

O trabalho abordará fases do processo penal, com ênfase no julgamento e como essas fases podem ser e são influenciadas pela mídia. Muito embora a liberdade de expressão midiática seja algo fundamental para o Estado Democrático de Direito, seria necessário estabelecer limites para que não haja prejuízo quanto ao julgamento do réu e licitude no processo. A mídia como “quarto poder” tem forte influência sob vários aspectos, entre eles o de agravar/atrapalhar a inserção social do apenado, pois há também a condenação por parte da sociedade. Influencia ainda, principalmente na parte inicial do inquérito, com as divulgações prévias acerca dos fatos sem a certeza da veracidade e exposição dos envolvidos, tanto o acusado quanto a vítima e familiares. A exposição feita pelos meios de comunicação influencia a fase investigativa e o julgamento, além de atrapalhar a vida pessoal e ressocialização. Para a elaboração do presente trabalho será utilizado o método bibliográfico por meio de livros, artigos, doutrinas e materiais acadêmicos contidos na internet.

Palavras-chave: mídia; direito processual penal; julgamento.

1 INTRODUÇÃO

A mídia é fator primordial no Estado Democrático de Direito, que teve seu momento de censura durante a ditadura militar, mas que hoje consegue cumprir livremente seu papel informativo com destaque e importância na sociedade, sendo vista, inclusive, como o “quarto poder”.

Em consequência da informatização a mídia está cada vez mais próxima da população através das redes sociais, noticiários na televisão entre outros meios. Com isso, a informação é instantânea e abrange uma grande massa, mas o problema surge quando a opinião no meio midiático de certa forma ultrapassa alguns limites e a população adota a opinião como se fosse a verdade, sem avaliar os dois lados da situação. A mídia invade a privacidade e a intimidade das pessoas envolvidas nos fatos criminosos e se utilizam como produto da notícia.

Apesar da mídia possuir papel fundamental no que cerne as denúncias, a pressão que se faz em casos criminais de grande repercussão interfere em todo o percurso do inquérito policial e julgamento, assim como na vida pessoal dos envolvidos, como vítimas, testemunhas e acusados.

A pesquisa visa apresentar como a intervenção da imprensa contribui de forma prejudicial na formação de opinião pública e os efeitos no processo judicial, abordando em

¹Artigo submetido em 07/06/2023, e apresentado à Libertas – Faculdades Integradas, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel em Direito, em 07/06/2023.

²Graduada em Direito pela Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: juliaofigueiredo@outlook.com.

³Professor-orientador. Mestre em Direito. Docente na Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: flavioaugustos@yahoo.com.br.

conjunto a imparcialidade do juiz no contexto da publicidade do processo pelos meios de comunicação.

2 A MÍDIA

Para o jornalismo é essencial a veracidade para construir a narrativa. O linguista francês Patrick Charaudeau (2010) cita quatro elementos frequentemente usados pelo jornalismo e que servem como guia confiável para a verdade: a autenticidade, a designação, a verossimilhança e a explicação. O intuito do jornalismo é produzir relatos sobre o mundo e sobre o homem, de acordo com critérios de notabilidade e relevância, utilizando estratégias para justificar a veracidade do que diz. O jornalista tem obrigações especiais de oferecer informações verídicas sobre eventos da atualidade para um público, de acordo com critérios de relevância e notabilidade.

O jornalismo tem por sua base a verdade, que agrega credibilidade e crença aos fatos que se narram. O Código de Ética dos profissionais do jornalismo no Brasil traz alguns princípios essenciais para o exercício da profissão:

Art. 7º – O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação.

Art. 8º – Sempre que considerar correto e necessário, o jornalista resguardará a origem e a identidade de suas fontes de informação.

Art. 9º – É dever do jornalista:

- Divulgar todos os fatos que sejam de interesse público;
- Lutar pela liberdade de pensamento e expressão;
- Defender o livre exercício da profissão;
- Valorizar, honrar e dignificar a profissão;
- Opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem;
- Combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercida com o objetivo de controlar a informação;
- Respeitar o direito à privacidade do cidadão;
- Prestigiar as entidades representativas e democráticas da categoria;

(...)

Art. 13 – O jornalista deve evitar a divulgação dos fatos: – Com interesse de favorecimento pessoal ou vantagens econômicas; – De caráter mórbido e contrários aos valores humanos. (Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, 2007)

O compromisso com a verdade é ressaltado no artigo 7º para que em hipótese alguma ocorra o desserviço da falsa informação e sim um jornalismo saudável. Os deveres listados no artigo 9º, com ênfase no respeito ao direito à privacidade do cidadão, são garantidores para a harmonia no exercício da profissão.

Nem os pilares do jornalismo foram suficientes para poupar até mesmo a vida, como no conhecido caso da jovem Eloá. No ano de 2008, em Santo André, a adolescente Eloá Cristina Pimentel foi mantida em cárcere privado e depois morta pelo ex-namorado. Cada passo foi televisionado em tempo real e toda a repercussão fez aumentar a audiência de diversos programas de televisão, tendo inclusive um programa de TV da RedeTv entrevistado o autor Lindemberg enquanto acontecia o sequestro sob o pretexto de acalmá-lo, o que não ocorreu.

O consumo de documentários e filmes do gênero criminal tem aumentado significativamente entre o público. No entanto, essa tendência traz consigo um contratempo: as pessoas tendem a se colocar no papel de "policial e juiz", interpretando, distorcendo fatos e emitindo julgamentos sobre os indivíduos retratados. Esse comportamento problemático acaba se estendendo para a vida real, criando preocupações adicionais. Além disso, é importante

ressaltar que as reportagens que exploram infortúnios alheios são as que mais despertam o interesse do público.

Quando se expõe um acontecimento criminal que ainda não tem uma sentença definitiva dada por um juiz, e não a dada popularmente por pessoas sem devida competência, há muito além daquilo que a câmera mostra, são identidades violadas, tanto de vítima quanto de autores.

Muito comum encontrar manchetes sensacionalistas que induzem o telespectador e o leitor a crerem que o investigado ou o réu já seja de fato o autor ou culpado do crime. Essas manchetes vêm seguidas de comentários imprecisos e parciais, sem qualquer comprometimento com a verdade do próprio jornalista e apresentador que imputam ao indivíduo uma determinada pena que nem sempre condiz com a descrita no Código Penal Brasileiro.

3 O RÉU

O réu vive o duplo julgamento: o da justiça e o da sociedade, que interfere negativamente na reinserção do indivíduo na sociedade.

Verificam-se dois casos em que a sociedade se comportou de forma diferente diante da volta ao convívio social de pessoas que cometeram crimes tidos como os mais cruéis pela população – caso do goleiro Bruno, que matou a amante e mãe do filho e, após cumprir a pena, deu até autógrafos e possui legião de fãs e o caso da Suzane von Richthofen, participante do assassinato dos próprios pais, que foi duramente criticada por participar de um evento da faculdade, o qual foi judicialmente autorizada a tomar parte. São situações que causam certo desconforto na sociedade que acompanhou de perto, através da mídia, cada passo dos acontecimentos.

O promotor Thales Ferri Schoedl, em 2004, atirou em um grupo de jovens, resultando em ferimentos em um e na morte de outro, no litoral do estado de São Paulo, sob o pretexto de proteger sua namorada supostamente ofendida pelos indivíduos. Ele foi indenizado pela Rede Record de televisão após a emissora exibir o caso no programa Domingo Espetacular, violando, inclusive, um dos princípios éticos fundamentais do jornalismo - o dever de divulgar fatos que sejam de interesse público. A reportagem extrapolou os limites do livre exercício do direito de imprensa ao incluir imagens e a voz do autor, confessadamente obtidas de forma clandestina e revelando situações da vida cotidiana, privada e íntima do demandante, sem nenhuma vinculação ao fato central da matéria.

O direito à privacidade pode ser reduzido, porém não aniquilado. O que ocorre é que, em casos criminosos, a mídia invade a privacidade e intimidade dos envolvidos, como no caso descrito anteriormente, degradando a imagem. A comunicação em massa a vende como um produto.

Casos criminais chamam muito a atenção da população que quer atualização a todo momento e a mídia, por sua vez, com sede de entregar o conteúdo, muitas das vezes proporciona aquilo que o espectador quer ver, distorce os fatos e gera “imagens e acontecimentos”. O pesquisador de processos midiáticos, Henri Pierre Jeudy (1954), chama este fato de “alucinação do real”, “desrealização do mundo”, pois a mídia constrói um efeito de fascinação e contaminação de imagens. Pensando nisso, o Jornal Nacional não divulgou o nome de um assassino em série pois tal conduta estaria incentivando a prática de crimes, a decisão da emissora foi de inibir o criminoso. A divulgação de imagem e nome do autor levaria a uma especulação e “investigação” dos telespectadores na intenção de trazer a toda semana, atualizações da vida pessoal do autor, podendo colocar em risco a integridade física e psicológica, além de potencialmente prejudicar as investigações oficiais além de incentivar novos ataques de assassinos em series.

Em sua maioria, as reportagens desse nicho colocam a imagem do “criminoso” como o centro de tudo e os telespectadores se sentem aptos para julgá-lo, antes mesmo de sua condenação já é tratado como o criminoso. Os casos que envolvem crimes dolosos contra a vida, submetidos ao procedimento do júri, sessão onde os jurados decidem se o réu é culpado ou inocente, a mente dos jurados já está voltada para a acusação e, certamente, uma pena injusta. Da mesma forma em que é exposto, é transformado em vilão.

O acusado ou investigado desde a prisão em flagrante, ou mesmo antes das investigações serem iniciadas, até o momento do cumprimento da pena, é submetido a situações depreciativas pela mídia que supõem motivos imorais para a prática do crime.

Os meios de comunicação estão recheados de fotos comprometedoras à imagem e a honra do acusado e do local dos fatos e nem sempre há preocupação em preservar imagem dos envolvidos. Conforme Eugenio Bucci (2000, p.156): “os programas sensacionalistas do rádio e os programas policiais de fim de tarde em televisão saciam curiosidades perversas e até mórbidas tirando sua matéria-prima do drama dos cidadãos humildes que aparecem nas delegacias como suspeitos de pequenos crimes”.

Toda a exposição pode ser prejudicial à segurança das vítimas e das testemunhas que, quando em investigações ou em processos criminais, são coagidas e têm suas integridades física e psicológica ameaçadas por pessoas envolvidas em delitos graves.

O fato de ser réu não confirma que seja culpado e autor do crime. Significa que há forte indício de que é autor no crime, mas não há certeza.

4 PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

A condição de réu, acusado ou investigado em que o indivíduo se encontra, não lhe tira o direito à dignidade. Muitas vezes, quando um caso criminal é anunciado na mídia, já é tido como certeza de que o suspeito praticou o crime. Esse ato fere o princípio da presunção de inocência e é reconhecido, atualmente, como componente basilar de um modelo processual penal.

Está claramente expressa na Constituição Federal Brasileira de 1988, art. 5º, LVII que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

Art. 5, LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. (Constituição Federal, 1998)

E expreso os direitos na Convenção Americana de Direitos Humanos:

Art. 8.

(...)

2. Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, às seguintes garantias mínimas:

- a) direito do acusado de ser assistido gratuitamente por tradutor ou intérprete, se não compreender ou não falar o idioma do júízo ou tribunal;
- b) comunicação prévia e pormenorizada ao acusado da acusação formulada;
- c) concessão ao acusado do tempo e dos meios adequados para a preparação de sua defesa;
- d) direito do acusado de defender-se pessoalmente ou de ser assistido por um defensor de sua escolha e de comunicar-se, livremente e em particular, com seu defensor;

- e) direito irrenunciável de ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado, remunerado ou não, segundo a legislação interna, se o acusado não se defender ele próprio nem nomear defensor dentro do prazo estabelecido pela lei;
- f) direito da defesa de inquirir as testemunhas presentes no tribunal e de obter o comparecimento, como testemunhas ou peritos, de outras pessoas que possam lançar luz sobre os fatos;
- g) direito de não ser obrigado a depor contra si mesma, nem a declarar-se culpada; e
- h) direito de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior.

A prova de inocência é presumida, cabe a acusação o ônus de buscar elementos e comprovar a culpa do processado, para só então aplicar a devida pena pressuposto da culpabilidade. Não se pode usar nenhum dado probatório contra o acusado que tenha sido obtido de forma contrária à lei. Outro fator que influencia é na forma de tratamento do acusado ou investigado como, por exemplo, o uso de algemas que deve ser usado em último caso quando houver resistência - Súmula Vinculante 11. Contudo, não se pode admitir que a dignidade da pessoa submetida a persecução penal seja violada:

Súmula vinculante nº 11 - Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

Precedentes: RHC 56.465, rel. Min. Cordeiro Guerra, DJ 6/10/1978; HC 71.195, rel. Min. Francisco Rezek, DJ 4/8/1995; HC 89.429, rel. Min. Cármen Lúcia, DJ 2/2/2007; e HC 91.952, rel. Min. Marco Aurélio, j. 7/8/2008.

As notícias de um crime atribuído a uma pessoa devem ser verdadeiras e o conteúdo ser redigido de forma que advirta o público de que a pessoa acusada não foi considerada culpável, mas outro problema encontrado é que mesmo que ocorra retratação acerca de um mal entendido (erro jornalístico), o público que estava presente anteriormente em primeiro momento, não é o mesmo que está vendo a correção. Toda cautela é necessária na difusão de nomes, imagens, informações sobre os envolvidos na investigação ou processo. Primordialmente, a fim de evitar conclusões precipitadas e de evitar qualquer forma de injustiça, “a informação midiática deve-se nortear pelo valor da dignidade humana”. (VIEIRA, 2003, p. 174).

Dada toda a divulgação, é dever da imprensa que explorou o processo criminal em andamento, dar relevo também à sentença como forma de assegurar a certeza da inocência no caso de absolvição ou arquivamento.

A presunção de inocência foi um dos princípios esquecidos no que se trata do famoso caso da Escola Base. Atualmente, esse caso é utilizado como exemplo no curso de jornalismo para ensinar o que não fazer em reportagens investigativas. Em 1994, Icushiro Shimada, Maria Aparecida Shimada, Paula Milhim e Maurício Monteiro de Alvarenga, foram acusados de abuso sexual contra crianças de quatro anos que frequentavam a Escola de Educação Infantil Base, de propriedade dos acusados. O jornalista Valmir Salaro deu voz à falsa denúncia de pedofilia que ocorria na escola. Não havia provas do fato mas a mídia, aliada à polícia, fez o caso tomar proporções avassaladoras. A conduta precipitada mudou drasticamente a vida dos envolvidos, que nunca mais foi a mesma, e eles tiveram que mudar de domicílio.

5 IMPARCIALIDADE DO JUIZ

A imparcialidade e independência do juiz são imprescindíveis para a legitimidade da ação penal. Ele independe de órgão superior para decidir sanções. Deve ser imparcial para

processar e julgar a causa com isenção, ausente de interesse pessoal. Segundo Germano Marques da Silva (1992, *apud* VIEIRA, 2003), o aspecto subjetivo diz que é dever do juiz agir sem paixão e interesse próprio. Já de acordo com o aspecto objetivo, as partes têm que se sentir garantidas pela imparcialidade sem que haja qualquer suspeita, dando a ambas as partes as mesmas oportunidades.

Em sua obra, Vieira (2003) destaca que o magistrado frequentemente se utiliza das chamadas “máximas de experiência”, que são dados do conhecimento privado, influenciados pelos meios de comunicação em massa. O problema está nas publicações inconvenientes de um “processo jornalístico” com o processo penal ainda em curso.

Aloysio Maria Teixeira (1963) salienta que a notícia, falsa ou não, não prejudica uma solução justa, pois não condiciona ao julgamento, que tem que ser baseado na verdade. Por outro lado, Giostra (s.d, *apud* VIEIRA, 2003) alega que uma tendenciosa campanha da imprensa pode sim interferir na determinação do juiz. Ocorre que não são incomuns decisões judiciais de decreto de prisão preventivas ou temporárias ou indeferimento de liberdade provisória que se sustentam na repercussão dada ao fato.

6 FASE DE INQUÉRITO

É uma ferramenta do devido processo legal e diferente do que muito se fala, o intuito do inquérito policial é esclarecer a materialidade e autoria, apresentar o crime - quem, como e onde o cometeu - como forma de garantir a ordem pública. Apresentando fatos que levem a autoria ou não, é encaminhado ao Ministério Público para oferecimento da denúncia.

O inquérito policial compõe a fase pré-processual. É a investigação preliminar. Busca minuciosamente o fato que é necessário ser investigado para encontrar elementos suficientes de autoria e materialidade (*fumus commissi delicti*) para oferecimento da acusação ou justificação do pedido de arquivamento. Além disso, tem a função simbólica: o restabelecimento da normalidade social abalada pelo crime, afastando o sentimento de impunidade. Tem a função de filtro processual, em que a investigação preliminar tem a finalidade de evitar acusações infundadas. Enfatizado pelo autor Aury Lopes Júnior:

O processo penal é uma pena em si mesmo, pois não é possível processar sem punir e tampouco punir sem processar, pois, é gerador de estigmatização social e jurídica (etiquetamento) e sofrimento psíquico. Daí a necessidade de uma investigação preliminar para evitar processos sem suficiente *fumus commissi delicti*. Quanto à natureza jurídica do inquérito policial, vem determinada pelo sujeito e pela natureza dos atos realizados, de modo que deve ser considerado como um procedimento administrativo pré-processual. (LOPES JÚNIOR, 2020, p. 81)

Não é uma exclusividade da polícia judiciária, visto que também é possível que seja instaurado por membros do Poder Legislativo nas chamadas Comissões Parlamentares de Inquérito. De acordo com art. 58, § 3º, da CB, as CPIs têm poderes de investigação e são criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo que suas conclusões, quando afirmarem a existência de um delito, serão remetidas ao Ministério Público para que promova – diretamente se entender viável – a respectiva ação penal. No caso de um delito praticado por um militar, será objeto de um inquérito policial militar e, ao final, concluindo a autoridade militar que o fato não é crime militar, mas sim comum, ou ainda que foram praticados crimes militares e comuns.

A Polícia Civil está encarregada no âmbito estadual e Polícia Federal no âmbito federal. É autorizado ao Ministério Público requerer a abertura do inquérito policial assim como acompanhar atividade policial.

O juiz das garantias seria o legitimado por negar ou dar tutela dos direitos no inquérito policial, tema este a ser tratado na seção seguinte.

7 JUIZ DE GARANTIAS

Com a intenção de aprimorar o processo penal, foi criado o juiz de garantias (art. 3º da lei 13.964/19). Atribui-se ao juiz que atua na fase da investigação criminal, antes do ajuizamento da ação penal, portanto, a função de tutelar os direitos fundamentais das pessoas investigadas e de zelar pela legalidade da investigação, garantindo que não sejam violados pelos órgãos de persecução penal. Neste, o juiz que atua na investigação não é o mesmo que julgará a causa. O primeiro defere medidas em detrimento do investigado (como prisão preventiva, sequestro de bens, quebra de sigilo bancário, interceptação telefônica, busca domiciliar, etc.) e o segundo tem sua competência fixada para julgar a ação penal.

A imparcialidade do juiz pode ser comprometida pela sua atuação na fase de investigação uma vez que, em primeiro lugar, requer que o juiz mantenha uma proximidade com os agentes envolvidos no processo de persecução penal, sendo constantemente informado sobre as etapas e direcionamentos da investigação.

Nesse ambiente, o juiz acaba se envolvendo, é difícil manter-se alheio às versões dos fatos que vão sendo reveladas no decorrer da investigação e que lhe são narradas pela autoridade policial a cada nova representação.

Nas palavras da desembargadora Schreiber (2020, p. 05): “Parece-nos assim evidente que os juízes que atuam na fase investigatória tendem a produzir vieses que prejudicam sua imparcialidade na condução do processo”. Contudo, de fato, não se pode afirmar que tal comportamento será sempre adotado por todos os juízes criminais.

A instituição do juiz de garantias exigiria uma completa reestruturação do funcionamento das unidades judiciárias, a criação de cargos e a previsão de fontes de custeio. Nesse sentido, a lei 13.964/19 teria violado a Constituição Federal de 1988 no artigo 96, I, ‘d’, que atribui aos tribunais a propositura de criação de novas varas, II, ‘b’, que confere aos tribunais iniciativa legislativa para a criação e extinção de cargos no âmbito do judiciário, e ‘d’, que confere iniciativa legislativa para a alteração de leis de organização judiciária. Entretanto, Schreiber (2020, p. 08) também aponta que: “embora a figura do juiz de garantias provoque uma alteração extremamente relevante no sistema processual penal brasileiro, essa mudança é muito mais ideológica ou principiológica do que propriamente estrutural.”

O Ministro Luiz Fux os resumiu em dois grupos: a ausência de dotação orçamentária e estudos de impacto prévios para a implementação da medida e o impacto da medida na eficiência dos mecanismos brasileiros de combate à criminalidade.

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.298 DISTRITO FEDERAL. DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO PROCESSUAL PENAL. ART. 3º-A, 3º-B, 3º-C, 3º-D, 3º-E e 3º-F DO CPP. JUIZ DAS GARANTIAS. REGRA DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. ARTIGO 96 DA CONSTITUIÇÃO. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL. AUSÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PRÉVIA. ARTIGO 169 DA CONSTITUIÇÃO. AUTONOMIA FINANCEIRA DO PODER JUDICIÁRIO. ARTIGO 96 DA CONSTITUIÇÃO. IMPACTO SISTÊMICO. ARTIGO 28 DO CPP. ALTERAÇÃO REGRA ARQUIVAMENTO. ARTIGO 28-A DO CPP. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL. SISTEMA DE FREIOS E CONTRAPESOS ENTRE ACUSAÇÃO, JUIZ E DEFESA. ARTIGO 310, §4º, DO CPP. RELAXAMENTO AUTOMÁTICO DA PRISÃO. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. PROPORCIONALIDADE. FUMUS BONI IURIS. PERICULUM IN MORA.

MEDIDAS CAUTELARES PARCIALMENT DEFERIDAS. 1. A jurisdição constitucional, como atividade típica deste Supremo Tribunal Federal, diferencia-se sobremaneira das funções legislativa e executiva, especialmente em relação ao seu escopo e aos seus limites institucionais. Ao contrário do Poder Legislativo e do Poder Executivo, não compete ao Supremo Tribunal Federal realizar um juízo eminentemente político do que é bom ou ruim, conveniente ou inconveniente, apropriado ou inapropriado. Ao revés, compete a este Tribunal afirmar o que é constitucional ou inconstitucional, invariavelmente sob a perspectiva da Carta da 1988. 2. A medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade tem escopo reduzido, sob pena de prejudicar a deliberação a ser realizada posteriormente pelo Plenário da corte. Conseqüentemente, salvo em hipóteses excepcionais, a medida cautelar deve ser reversível, não podendo produzir, ainda que despropositadamente, fato consumado que crie dificuldades de ordem prática para a implementação da futura decisão de mérito a ser adotada pelo Tribunal, qualquer que seja o teor. 3. Fixadas essas premissas, impende esclarecer que foram propostas as ADI 6.298, 6.299, 6.300 e 6305, cujo objeto de impugnação são os seguintes dispositivos: (a) Artigos 3º-A a 3º-F do Código de Processo Penal, na redação concedida pela Lei n. 13.964/2019 (Juiz das garantias e normas correlatas): (a1) O juiz das garantias, embora formalmente concebido pela lei como norma processual geral, altera materialmente a divisão e a organização de serviços judiciários em nível tal que enseja completa reorganização da justiça criminal do país, de sorte que inafastável considerar que os artigos 3º-A a 3º-F consistem preponderantemente em normas de organização judiciária, sobre as quais o Poder Judiciário tem iniciativa legislativa própria (Art. 96 da Constituição); (a2) O juízo das garantias e sua implementação causam impacto financeiro relevante ao Poder Judiciário, especialmente com as necessárias reestruturações e redistribuições de recursos humanos e materiais, bem como com o incremento dos sistemas processuais e das soluções de tecnologia da informação correlatas; (a3) A ausência de prévia dotação orçamentária para a instituição de gastos por parte da União e dos Estados viola diretamente o artigo 169 da Constituição e prejudica a autonomia financeira do Poder Judiciário, assegurada pelo artigo 99 da Constituição; (a4) Deveras, o artigo 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescentado pela Emenda Constitucional n. 95/2016, determina que “[a] proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”; (a5) É cediço em abalizados estudos comportamentais que, mercê de os seres humanos desenvolverem vieses em seus processos decisórios, isso por si só não autoriza a aplicação automática dessa premissa ao sistema de justiça criminal brasileiro, criando-se uma presunção generalizada de que qualquer juiz criminal do país tem tendências que favoreçam a acusação, nem permite inferir, a partir dessa ideia geral, que a estratégia institucional mais eficiente para minimizar eventuais vieses cognitivos de juizes criminais seja repartir as funções entre o juiz das garantias e o juiz da instrução; (a6) A complexidade da matéria em análise reclama a reunião de melhores subsídios que indiquem, acima de qualquer dúvida razoável, os reais impactos do juízo das garantias para os diversos interesses tutelados pela Constituição Federal, incluídos o devido processo legal, a duração razoável do processo e a eficiência da justiça criminal; (a7) Medida cautelar concedida, para suspensão da eficácia dos artigos 3º-A a 3º-F do Código de Processo Penal (Inconstitucionalidades formal e material); (b) Artigo 157, §5º, CPP (Alteração do juiz natural que conheceu prova declarada inadmissível): (b1) Os princípios da legalidade, do juiz natural e da razoabilidade restam violados pela proibição de o juiz que conheceu a prova declarada inadmissível proferir sentença. A ausência de elementos claros e objetivos para a seleção do juiz sentenciante permite eventual manipulação da escolha do órgão julgador, conduzindo à inconstitucionalidade a técnica eleita legislativamente; (b2) Medida cautelar concedida, para suspensão da eficácia do artigo 157, §5º, do Código de Processo Penal (Inconstitucionalidade material); (c) Artigo 28, caput, Código de Processo Penal (Alteração do procedimento de arquivamento do inquérito policial): (c1) Viola as cláusulas que exigem prévia dotação orçamentária para a realização de despesas (Artigo 169, Constituição), além da autonomia financeira dos Ministérios Públicos (Artigo 127, Constituição), a alteração promovida no rito de arquivamento do

inquérito policial, máxime quando desconsidera os impactos sistêmicos e financeiros ao funcionamento dos órgãos do parquet; (c2) A previsão de o dispositivo ora impugnado entrar em vigor em 23.01.2020, sem que os Ministérios Públicos tivessem tido tempo hábil para se adaptar estruturalmente à nova competência estabelecida, revela a irrazoabilidade da regra, inquinando-a com o vício da inconstitucionalidade. A vacatio legis da Lei n. 13.964/2019 transcorreu integralmente durante o período de recesso parlamentar federal e estadual, o que impediu qualquer tipo de mobilização dos Ministérios Públicos para a propositura de eventuais projetos de lei que venham a possibilitar a implementação adequada dessa nova sistemática; (c3) Medida cautelar deferida, para suspensão da eficácia do artigo 28, caput, do Código de Processo Penal; (d) Artigo 28-A, inciso III e IV, e §§§ 5º, 7º, 8º do Código de Processo Penal (Acordo de Não Persecução Penal): (d1) A possibilidade de o juiz controlar a legalidade do acordo de não persecução penal prestigia o sistema de “freios e contrapesos” no processo penal e não interfere na autonomia do membro do Ministério Público (órgão acusador, por essência); (d2) O magistrado não pode intervir na redação final da proposta de acordo de não persecução penal de modo a estabelecer as suas cláusulas. Ao revés, o juiz poderá (a) não homologar o acordo ou (b) devolver os autos para que o parquet – de fato, o legitimado constitucional para a elaboração do acordo – apresente nova proposta ou analise a necessidade de complementar as investigações ou de oferecer denúncia, se for o caso; (d3) Medida cautelar indeferida; (e) Artigo 310, §4º, Código de Processo Penal (Ilegalidade da prisão pela não realização da audiência de custódia no prazo de 24 horas): (e1) A ilegalidade da prisão como consequência jurídica para a não realização da audiência de custódia no prazo de 24 horas fere a razoabilidade, uma vez que desconsidera dificuldades práticas locais de várias regiões do país, bem como dificuldades logísticas decorrentes de operações policiais de considerável porte. A categoria aberta “motivação idônea”, que excepciona a ilegalidade da prisão, é demasiadamente abstrata e não fornece baliza interpretativa segura para aplicação do dispositivo; (e2) Medida cautelar concedida, para suspensão da eficácia do artigo 310, §4º, do Código de Processo Penal (Inconstitucionalidade material). 4. Medidas cautelares concedidas para suspender sine die a eficácia: (a) Da implantação do juiz das garantias e seus consectários (Artigos 3º-A, 3º-B, 3º-C, 3º-D, 3º-E, 3º-F, do Código de Processo Penal); (b) Da alteração do juiz sentenciante que conheceu de prova declarada inadmissível (157, §5º, do Código de Processo Penal); (c) Da alteração do procedimento de arquivamento do inquérito policial (28, caput, Código de Processo Penal); e (d) Da liberalização da prisão pela não realização da audiência de custódia no prazo de 24 horas (Artigo 310, §4º, do Código de Processo Penal); 5. A concessão desta medida cautelar não interfere nem suspende os inquéritos e os processos em curso na presente data. (MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.298 DISTRITO FEDERAL. RELATOR: MIN. LUIZ FUX.)

Muito embora o código de processo penal traga consigo as disposições do juiz de garantias, atualmente sua aplicação se dá pelo mesmo juiz da instrução e do julgamento.

Com a estrutura acusatória, o Código de Processo Penal (art. 3º-B) traz consigo as disposições do juiz de garantias, já que ele é responsável em assegurar os direitos individuais e a legalidade da investigação. Contudo, atualmente, sua aplicação se dá pelo mesmo juiz da instrução e do julgamento, não havendo a distinção necessária dos juízes. A princípio essa modalidade não está introduzida em razão do princípio economia, pois em tese demandaria muito dinheiro público.

O Juiz que teve acesso à prova contaminada será o mesmo juiz que julgará, fator que fere o princípio da imparcialidade e coloca o acusado em total desvantagem.

Como o próprio nome já diz, o principal papel do juiz de garantia é garantir direitos ao acusado no processo penal

As principais razões pelas quais surge a necessidade do duplo juiz, assim chamado o juiz de garantias, é assegurar o princípio da imparcialidade do juiz, pois o mesmo que tem

contato com a produção e o nascimento de provas (sejam elas verdadeiras ou não) e que de certa forma auxilia nessa produção, seja aquele que julgará o feito condenando ou não o autor.

8 A RESSOCIALIZAÇÃO DO SENTENCIADO

Mesmo com a condenação e o cumprimento de pena, não é permitido à imprensa expor publicamente o sentenciado. A espetacularização interfere negativamente na ressocialização, pois o título de “criminoso” fica para sempre na mente dos telespectadores. Como mencionado anteriormente, a situação ocorrida com a sentenciada Suzane von Richthofen, cujos atos fazem parte do cumprimento de sua pena para voltar ao convívio em sociedade e que é frequentemente alvo de manchetes jornalísticas pejorativas. Embora o crime por ela cometido tenha sido extremamente cruel, de grande repercussão, dificilmente cairá no esquecimento e é um direito ser reinserida na sociedade com dignidade, pois acima de tudo é humana e ele precisa estar pronto para o convívio com a sociedade. Nas palavras de Dallari: “o condenado, por mais grave que tenha sido seu crime, continua a ser pessoa humana, jamais podendo ser-lhe negados os direitos que protegem o homem enquanto tal e que dizem respeito à preservação de sua dignidade como ser racional e dotado de espiritualidade” (DALLARI, 1996). O preconceito e o julgamento torna ainda mais desafiadora a vida daqueles que buscam recomeçar o convívio em sociedade.

9 A LIBERDADE DE EXPRESSÃO DA IMPRENSA

O direito de liberdade de expressão é um direito fundamental mas não é absoluto. Com isso, o STF possui algumas decisões acerca de pedidos de retirada do conteúdo jornalístico de circulação, seja em sítios ou televisão. Nota-se que o juiz em primeira instância decide no tocante a liberdade de imprensa, porém esta é matéria a ser julgada no Supremo Tribunal Federal, que em sua maioria sempre defende a liberdade de expressão da imprensa, como nos julgados a seguir:

AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. DIREITO CONSTITUCIONAL. DETERMINAÇÃO DE RETIRADA DE CONTEÚDO DA INTERNET. DECISÃO PROFERIDA EM SEDE DE TUTELA ANTECIPADA. CONFIGURAÇÃO DE CENSURA PRÉVIA. VIOLAÇÃO À ADPF 130.

AGRAVO INTERNO PROVIDO. 1. A liberdade de informação e de imprensa são apanágios do Estado Democrático de Direito. 2. O interesse público premente no conteúdo de reportagens e peças jornalísticas reclama tolerância quanto a matérias de cunho supostamente lesivo à honra dos agentes públicos. 3. A medida própria para a reparação do eventual abuso da liberdade de expressão é o direito de resposta e não a supressão liminar de texto jornalístico, antes mesmo de qualquer apreciação mais detida quanto ao seu conteúdo e potencial lesivo. 4. A reclamação tendo como parâmetro a ADPF 130, em casos que versam sobre conflitos entre liberdade de expressão e informação e a tutela de garantias individuais como os direitos da personalidade, é instrumento cabível, na forma da jurisprudência (Precedentes: Rcl 22328, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe 09/05/2018; Rcl 25.075, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 31/03/2017. 5. In casu, não se evidencia que o intento da publicação tenha sido o de ofender a honra de terceiros, mediante veiculação de notícias sabidamente falsas. 6. Agravo interno provido. (AG.REG. NA RECLAMAÇÃO 28.747. RELATOR MIN. ALEXANDRE DE MORAES)

Em suma, trata-se de uma situação em que a Jornalista publicava em seu *blog*, comentários sobre a atuação da Delegada da Polícia Federal no caso da Operação Lava Jato. A Delegada, incomodada, pediu reparo pecuniário e que também fosse retirado o conteúdo do

blog. Contudo, o STF deu provimento ao agravo, nos termos do voto do Ministro Luiz Fux, Redator para o acórdão, vencidos os Ministros Alexandre de Moraes, Presidente e Relator, e Marco Aurélio.

O advogado e professor Alexandre Zamboni (2023), grande comentador jurídico de casos de repercussão, enfatiza que a exibição de documentários de crimes reais impacta na imparcialidade de processos pendentes de julgamento, mas em contraponto, a liberdade de expressão está ameaçada “mas antecipar o julgamento sobre o conteúdo de um programa jornalístico é, a meu ver, futurologia (...) mas é um dos preços que se paga para termos (todos nós) uma imprensa livre”

O Código Civil dispõe que, em suma, se não houver motivo de força maior, pode o juiz proibir a utilização e a exposição da imagem:

Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais. (Vide ADIN 4815)

Parágrafo único. Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.

Art. 21. A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma. (Vide ADIN 4815)

A mídia não isenta casos que estão pendentes de julgamento, como o caso Henry Borel, em que mãe e padrasto são réus e acusados de serem os responsáveis pela morte do menino e um dos réus entrou com pedido à justiça objetivando a não exibição do programa Linha Direta da Rede Globo de Televisão, pois poderia contaminar a imparcialidade dos jurados. Em consequência, a 2ª Vara Criminal do Rio de Janeiro acolheu o pedido e a Rede Globo apresentou reclamação constitucional ao STF (Supremo Tribunal Federal) alegando que seria censura a não exibição do caso em um programa de muita audiência em rede nacional com alcance internacional pelas plataformas de *streaming*. Na primeira instância, a decisão se deu com o fundamento de que a exibição do programa com o caso ainda pendente de julgamento poderia influenciar e tornar os jurados predispostos a uma condenação, o que fere o direito abstrato dos réus terem um julgamento imparcial. Na decisão continha o argumento de que “um programa de encenação de alegados crimes reais não tem caráter jornalístico, no confronto de interesses, a encenação de supostos fatos, ainda não apurados, por atores profissionais”. No STF o ministro relator entendeu que a proibição do programa configuraria censura prévia, seria contra a liberdade de imprensa.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, o processo penal dificilmente ficará livre da influência midiática, sempre será objeto de debate a questão dos princípios da liberdade de expressão e o direito de ter um julgamento justo, pois cada lado busca alcançar seus objetivos. Cabe ao Direito decidir e pode ser que em alguma ocasião acabe invertendo a situação. Isso não necessariamente é bom ou ruim, pois é reflexo da realidade no momento.

As pessoas passam muito tempo em frente a tv e mergulhadas em redes sociais, basta um mal-entendido para que uma tragédia aconteça e, por mais que tenha a retratação, não atinge o mesmo público que a falsa ou tendenciosa informação atingiu anteriormente. Esse tipo de conteúdo é bastante procurado e comenta-se sobre a vida de um indivíduo real como se fosse

uma personagem da ficção quando, na verdade, essa pessoa é de carne e osso, possui família e tem o seu direito de defesa. Muitas vezes, mesmo após o cumprimento total da pena ou após ser inocentada, essa pessoa continua sofrendo com julgamentos alheios, sendo-lhe imputada uma pena que vai além do estabelecido pela Lei de Execuções Penais, e não há remissão nem consideração pelo tempo já cumprido. Essa realidade coloca em questão a noção de justiça e a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre o impacto das mídias e da opinião pública na vida dos cidadãos.

Esse conteúdo é muito lucrativo financeiramente e o que está em jogo é a justiça, trocada por visualizações e curtidas. São inúmeros casos televisionados, programas de TV que fazem do crime o entretenimento e muitos Icushiros, Marias, Paulas, Maurícios, Eloás, Lindembergs, Suzanes, Thales, e muitos outros casos que todos os dias, de alguma forma têm suas vidas violadas, expostas em noticiários matinais, no horário de almoço, no meio da tarde, no cair da noite e até mesmo transformados em documentários e livros. Estes e inúmeros outros teriam tido um desfecho diferente caso a política de inibir o autor fosse adotada como conduta de praxe.

Deve-se levar em conta que não é apenas a notícia falsa que atrapalha as fases no processo penal, pois até mesmo a notícia verdadeira divulgada de forma sensacionalista, embora seja público, vende as imagens e os crimes de forma prejudicial. Essa publicidade transforma de forma irreversível a vida das pessoas, já que não é possível apagar da mente dos telespectadores os fatos já noticiados.

É fundamental não coibir a realização do inquérito policial, pois seu propósito é justamente investigar e descobrir a autoria e detalhes do crime. Outro aspecto relevante é a figura do juiz de garantias, que atua como uma ferramenta essencial para assegurar um processo judicial mais justo, equilibrado e livre de influências a fim de que o indivíduo receba uma condenação mais eficaz, proporcionando-lhe maior chance de reintegração efetiva na sociedade e de forma justa.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA (Brasil). Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais. S.d. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**, [S. l.], 5 jun. 2023. Disponível em: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>. Acesso em: 30 maio 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 14 nov. 2022

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula Vinculante nº 11. Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2008. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas.asp?base=26&sumula=1220> . Acesso em: 31 maio 2023.

BUCCI, Eugênio. Sobre ética e imprensa. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Código de Processo Penal. decreto lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del3689.htm>. Acesso em: 15 maio 2023

COSTA, Priscyla. Record é proibida de divulgar imagem da vida privada de Schoedl. **DIREITO PARA TODOS**, [s. l.], 18 set. 2007. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2007-set-18/record_ao_divulgar_imagem_vida_privada_schoedl. Acesso em: 31 maio 2023.

DAMASCENO, Renan. O retorno polêmico do goleiro Bruno às traves. **ÉPOCA**, ano 2020, 10 jan. 2020. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/epoca/esportes/o-retorno-polemico-do-goleiro-bruno-as-traves-24181179>>. Acesso em: 15 nov. 2022.

ESCOLA Base um repórter enfrenta o passado. Direção: Eliane Scardovelli e Caio Cavechini. [S. l.]: Globoplay, 2022. Disponível em: https://globoplay.globo.com/escola_base_um_reporter_enfrenta_o_passado/t/DgP8Dccp5s/. Acesso em: 6 jan. 2023.

G1. Grupo Globo muda política sobre cobertura de massacres. G1, 05 abr. de 2023. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2023/04/05/grupo-globo-muda-politica-sobre-cobertura-de-massacres.ghtml>> . Acesso em: 24 maio de 2023.

G1 VALE DO PARAÍBA E REGIÃO. Suzane von Richthofen apresenta trabalho sobre maternidade em evento acadêmico em universidade de Taubaté. **G1**, Vale do Paraíba, ano 2022, 20 out. 2022. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2022/10/20/suzane-von-richthofen-apresenta-trabalho-sobre-maternidade-em-evento-academico-em-universidade-de-taubate.ghtml>>. Acesso em: 15 nov. 2022.

LISBOA, Sílvia; Marcia Benetti. O jornalismo como crença verdadeira justificada. *Brazilian Journalism Research – Vol. 11 - Número 2 – 2015*. Disponível em: <file:///D:/ADM/Desktop/664-Article%20Text-3198-3173-10-20151217.pdf> <https://docplayer.com.br/10934729-Etica-jornalismo-e-nova-midia.html>. Acesso em 10 nov. 2022

LOPES JUNIOR, Aury. *Direito processual penal. – 17. ed. – São Paulo : Saraiva. Educação, 2020. 1232 p.*

MARCÃO, Renato. *Curso de Processo Penal/ Renato Marcão – 3.ed. ver., ampli. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2017.*

Organização dos Estados Americanos, *Convenção Americana de Direitos Humanos (“Pacto de San José de Costa Rica”)*, 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm. Acesso em: 15 maio 2023.

SCHREIBER, Simone. *A publicidade opressiva de julgamentos criminais. - Rio de Janeiro, Renovar, 2008*

SCHREIBER, Simone. *Em defesa da constitucionalidade do juiz de garantias. Conjur, 2020.* Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-25/simone-schreiber-defesa-constitucionalidade-juiz-garantias>. Acesso em 15 nov. 2022.

Supremo Tribunal Federal. Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.298 Distrito Federal. Relator: Ministro Luiz Fux. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI6298.pdf>. Acesso em: 31 maio 2023.

Supremo Tribunal Federal. Rcl. nº 28.747. Relator: Ministro Alexandre de Moraes. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=748634834> . Acesso em: 27 maio 2023.

VIANNA, Cynthia Semíramis Machado. O CASO ELOÁ: ANÁLISE DA ABORDAGEM DE FEMINICÍDIO NA MÍDIA. **Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, [s. l.], 26 ago. 2010. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/35375582/Cynthia_Semiramis_-_Eloa_femicidio_-_Fazendo_Genero_9-libre.pdf?1414927843=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DO_caso_Eloa_analise_da_abordagem_de_femi.pdf&Expires=1686021633&Signature=SLBfOmjDLbRPIXO42Iy-b3qbVISNITCQgQV4euZdNY5Q7xCfOwsc-dnHdP1ISM824qOouqoKntol8fSrWKQevbHgr2xzAD9lxp8tf8CYAoPMgLKf-yUnNer~jKIoJWCEDAyvV-TRQh5DakJxkVNkQLN~5XJ6uGnXPDIrGXRcmhOaFgsA-yf1erxDSRleuWzrb8PfKb66YpfpW86foWgvE4WNm9mM8iZDPk50soEKepXQIsxegw1JjftjR0Kkn75nqxAk9GY9T9SxhlHU3Zy5ccQA4jszs-x5ha5Vdv~RB3lz8Xzl7MQynAV-6dzecn8fGV-wuYkzLSjYiVTV25Riw_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA Acesso em: 2 jun. 2023.

VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. Processo penal e mídia. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

ZAMBONI, Alexandre. Linha Direta: Caso Henry Borel. Exibe ou não exibe?. 18 maio 2023. Instagram: @profalexandrezamboni. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CsY12uNuZmC/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA. Acesso em: 19 maio 2023.